

O pensamento econômico brasileiro de 1930 a 1964: por uma nova formulação tipológica

Giliad de Souza Silva/UFRGS

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo estudar a ideologia do pensamento econômico brasileiro, no período entre 1930 a 1964. Pauta-se na hipótese de que existem três correntes: A dos ideais neoliberais, do ciclo ideológico desenvolvimentista e do pensamento socialista, todos imbuídos de uma concepção de desenvolvimento. O que de fato unifica uma corrente do pensamento econômico é o local social pelo qual os intelectuais da dada corrente falam, ou seja, se dentre as classes dominantes inclusas na disputa dos rumos do bloco no poder, no caso da ortodoxia neoliberal, se numa fração burguesa de posição vacilante e indesejada dentro do bloco no poder, isto é, do desenvolvimentismo estruturalista, ou se dentre as classes subalternas fora do bloco no poder, porém objetivando uma mudança sistêmica de superação da ordem capitalista e burguesa, neste caso a corrente de transição socialista. Para elaborar esta construção tipológica foi imprescindível avançar no entendimento das estruturas nas formulações das ideologias, justificando-se os seguintes elementos estruturantes: i) análise do subdesenvolvimento, ii) a visão do desenvolvimento brasileiro, iii) o problema do financiamento do desenvolvimento e iv) a questão distributiva.

Palavras-chave: Pensamento Econômico, Ideologia, Elementos Ideológicos Estruturantes.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo parte da idéia de que a produção intelectual e o desenvolvimento da formação econômico-social brasileira são dois fenômenos profundamente interligados. Os intelectuais, expressão de uma determinada classe e do que é importante para este segmento social, estudam e elaboram idéias, decodificando interesses de pertencimento e domínio da sociedade, voltadas para a classe que estes representam. Não obstante, nesse processo eles são condicionados por essa própria realidade, que reflete o estágio de desenvolvimento do país, os interesses de classe envolvidos e a forma de inserção do país na economia-mundo, além de serem influenciados pelas ideologias que se expressam nas teorias econômicas e sociais hegemônicas ou contra-hegemônicas, em vigência no mundo.

O pensamento econômico no Brasil e as interpretações da realidade ali feitas têm como condicionante fundamental o lugar social na qual se encontra quem interpreta a realidade e forma o pensamento: os que se ajustam dentro do bloco de poder, e qual função exercem neste, ou fora dele, desempenhando atribuições contra-culturais. Deste modo, conhecer as teorias formuladas (e em formulação) no Brasil, tipificando-as, é insuficiente, tanto para entender a realidade que a teoria se propõe a explicar – isto é, uma questão de método – quanto o desenvolvimento real da formação econômico-social brasileira.

A hipótese aqui aceita é que existem três correntes do pensamento econômico brasileiro no período abordado, enquanto síntese das ideologias das classes e frações de classes que disputam os rumos da realidade brasileira, a saber, a ortodoxia neoliberal, o desenvolvimentismo estruturalista e a transição socialista. Naturalmente são localizadas divergências dentro das correntes, sobretudo em função das movimentações e disputas feitas dentro em termos lato da luta de classe. No entanto, há um fio condutor que unifica o pensamento e este fio incorpora ao passo que transcende o campo do pensamento econômico, localizado, como aqui se entende, dentro do campo político-sociológico das relações de classe. O que de fato unifica uma corrente do pensamento econômico é o local social pelo qual falam os intelectuais da referida corrente ou seja, se dentre as classes dominantes inclusas na disputa dos rumos do bloco no poder, no caso da ortodoxia neoliberal, se numa fração burguesa de posição vacilante e indesejada dentro do bloco no poder, em virtude sobretudo por seu anseio por reformas sociais, isto é, do desenvolvimentismo estruturalista, ou se dentre as classes subalternas fora do bloco no poder, porém objetivando uma mudança sistêmica de superação da ordem capitalista e burguesa, neste caso a corrente de transição socialista. Isto se manifesta a partir de uma interpretação/orientação da realidade mais ou menos próxima de uma convergência dentro da própria corrente do pensamento econômico.

É válido justificar as razões que pensadores como Ignácio Rangel e Roberto Campos, dentre outros, não estão inclusos em qualquer das correntes tipológicas, ainda que pese as importantes contribuições para o pensamento econômico brasileiro. Isto se deve em função dos critérios estabelecidos, que em síntese diz respeito a um posicionamento relativamente límpido sobre o lugar social do intelectual. O que se percebe, sobretudo nos pensadores aqui citados, é um de excessivo ecletismo teórico, de tênue linha com um “pseudo-ecletismo” ideológico, uma ampla capacidade de transitar em mais de uma corrente, fruto de uma base teórica insustentável.

Do ponto de vista da estrutura formal, além desta introdução e da conclusão, duas partes modulam o conteúdo deste artigo: a primeira apresenta os principais elementos ideológicos estruturantes para a interpretação/orientação do desenvolvimento e; a segunda expõe o quadro tipológico das correntes do pensamento econômico brasileiro, a saber, a ortodoxia neoliberal, o desenvolvimentismo estruturalista e a corrente de transição socialista.

2 ELEMENTOS IDEOLÓGICOS ESTRUTURANTES PARA A INTERPRETAÇÃO-ORIENTAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

Para a elaboração, sistematização e difusão de uma determinada concepção de mundo, necessário se compreender o que é ideologia e como elas se formulam¹. Entender a formação de uma ideologia como dominante é compreender, do ponto de vista dos elementos ideológicos estruturais, as correntes do pensamento econômico. Estas correntes são entendidas aqui como uma depuração metódica dos intelectuais das classes e frações de classe social², assim como o melhor espaço para sistematizar suas ideologias. No caso brasileiro e no período aqui estudado – 1930 a 1964 – são diversos os elementos estruturantes, do ponto de vista ideológico, formativos da interpretação/orientação do desenvolvimento³ inclusos na produção intelectual das classes e frações de classe com consciência apurada. Em virtude da importância desses elementos na luta de classes, na disputa dentro do bloco no poder e os desdobramentos para a realidade social brasileira, justificam-se os seguintes elementos estruturais, i) análise do subdesenvolvimento, ii) a visão do desenvolvimento brasileiro, iii) o problema do financiamento do desenvolvimento e iv) a questão distributiva.

O primeiro deles é a **análise do subdesenvolvimento**. Do ponto de vista de sua definição, o subdesenvolvimento é a condição de atrofia do sistema econômico-social de um país em relação aos padrões econômicos das nações industrializadas, chamadas desenvolvidas, ou seja, é a condição básica dos Estados-nação inclusos na periferia sistêmica. Evidencia-se por indicadores como exportação baseada em produtos primários, forte participação de produtos industrializados na pauta de importação, importação acentuada de tecnologia e capitais estrangeiros, persistência de elevadas taxas de desemprego, baixa produtividade, baixa renda *per capita*, mercado interno bastante limitado, baixo nível de poupança e subconsumo acentuado. A discussão sobre o subdesenvolvimento, assim como a

¹ As ideologias, conforme afirma Gramsci (2001), devem ser vistas como forças que são psicologicamente apropriadas e ativamente organizadoras, adaptando o plano no qual os seres humanos atuam, lutam e conscientizam-se de suas posições sociais. Em qualquer estrutura social, ressalta Gramsci, as forças materiais são o “conteúdo” e as ideologias a “forma”. A ideologia dota de coesão, coerência e unicidade a ordem social prevalecente. Tendo a estrutura de classe como plano de fundo, a ideologia propicia que os interesses privados ou particulares das classes dominantes tornem-se interesses coletivos ou gerais da sociedade.

² O intelectual, segundo Eagleton (1997), é um organizador, construtor, “persuasor permanente”, participando ativamente da vida social e ajudando a trazer para a articulação teórica, correntes políticas de caráter prático nela contido. Ele é provedor do vínculo ou pivô entre a filosofia e o povo, profundo conhecedor na primeira, porém identificado intensamente com o segundo, objetivando construir, baseado na consciência comum, uma unidade cultural-social, na qual vontades individuais, normalmente heterogêneas, são sintetizadas e unificadas na base de uma concepção comum do mundo (ver Gramsci, 2001; Althusser, 1979; Eagleton, 1997; Cardoso, 1978).

³ Três leituras sobre *desenvolvimento econômico* são possíveis serem identificadas: i) desenvolvimento enquanto identidade de crescimento econômico (ver Bresser-Pereira, 1962; Souza, 2005; Veiga, 2008); ii) desenvolvimento enquanto melhora na qualidade de vida (ver Veiga, 2008; Furtado, 2004; Furtado, 2009; Mantega, 1984; Sen, 1993) e; iii) desenvolvimento enquanto expansão da produção econômica vis-à-vis expansão da produção intelectual (ver Cardoso, 1978; Althusser, 1985).

definição da categoria, surgiu a partir da Segunda Guerra Mundial, com a emergência política dos países colonizados da Ásia, África e América Latina, agitados por vigorosos movimentos sociais, sendo que vários de caráter revolucionário. O subdesenvolvimento está ligado ao problema da dependência⁴, que atinge desde países extremamente pobres até países de considerável nível de industrialização e diversificação do aparelho produtivo, isto é, que estão na periferia ou semiperiferia da economia-mundo.

O segundo elemento, **a visão do desenvolvimento brasileiro** é muito menos consensual que a anterior e o foco das principais disputas teóricas e políticas, em virtude das questões abordadas, posto que tocam diretamente em elementos que são constitutivos do projeto econômico básico e as teses defendidas de cada interpretação, e as tarefas do Estado no processo de desenvolvimento a partir da orientação teórica. Essas disputas versam sobretudo a polêmica tese da doutrina dominante do livre comércio, isto é, da alocação eficiente dos recursos no plano interno e externo, a partir dos mecanismos de mercado. O objetivo fundante era dar suporte teórico e político a intervenção do Estado, via o planejamento do desenvolvimento e o protecionismo, ao passo que, essas medidas entendidas como formas de se alcançar a industrialização acelerada e eficiente, alterariam o curso da história dos países da periferia do sistema. No caso da leitura desenvolvimentista de enfoque estruturalista, as explicações sobre as causas da inflação e dos problemas de balanço de pagamentos ganharam proporções não convencionais, o que possibilitava executar medidas políticas heterodoxas destinadas à aceleração do processo de industrialização (BIELSCHOWSKY, 1988).

O problema do financiamento do desenvolvimento, que é o terceiro elemento ideológico estrutural, é um ponto que versa sobre um problema que é a “espinha dorsal” da compreensão teórica sobre o desenvolvimento e respectiva execução. Durante não curto período de tempo, o padrão de financiamento fora entendido como sendo a forma pela qual os recursos são mobilizados num país de economia capitalista. Dessa forma depende de como se engendra e se articula o conjunto de setores sociais responsáveis pela mobilização deste financiamento. Resulta, portanto, inevitavelmente das relações existentes entre as classes e frações de classes dominantes no bloco do poder⁵ e na disputa desta dentro dos espaços econômicos que lhe são peculiares, isto é, o Estado e o setor privado nacional, o Estado e o setor privado externo, os setores privados nacional e externo e os diferentes segmentos do setor privado autóctone – agropecuária, industrial, bancário, turismo e comércio – consubstanciado a inter-relação entre três frações específicas, a saber, o “capital estatal”, o capital nacional e o capital externo, além dos diferentes segmentos da classe trabalhadora (GOLDENSTEIN, 1994).

Finalmente, o quarto elemento, a **questão distributiva**, convém ser tratada em duas perspectivas, uma que diz respeito à distribuição de propriedade e outra que toca na questão da distribuição de renda. A primeira transformou-se em importante controvérsia política em função do problema da reforma agrária, a partir dos fins da década de 1950. A gênese dessa problemática versa sobre a concepção da “vocação agrária” da América Latina, e, naturalmente, do Brasil. O argumento é faz parte da essência da economia latino-americana, e o Brasil nesse conjunto está integrado, certa concentração de esforços na exportação de matérias-primas de caráter agrário e agropastoril, *vis-à-vis* a importação dilatada variedade de mercadorias manufaturadas e de maior valor agregado, assim como de combustíveis industrializados. Para que este argumento se revestisse de plausibilidade, isto é, mais do que uma interpretação setorial ou de determinada fração de classe, mas uma orientação para toda a sociedade

⁴ Para uma maior compreensão desta questão, ver Marini, 2000 e Santos, 2000.

⁵ Por bloco no poder, Poulantzas (1977, p. 241) analisa como a relação entre aparelho estatal e as classes e frações de classe dominantes, já que o Estado de tipo capitalista não é por ele considerado um “mero instrumento de dominação nas mãos da classe dominante”. Através desse conceito, é possível constatar o favorecimento dos interesses econômicos de uma fração da classe dominante, através da sua ação político-administrativa, em detrimento das demais frações (cada fração correspondendo a uma função diferente do capital no processo econômico capitalista: produtiva, bancária, comercial), de modo que o Estado capitalista se converte no agente organizador da hegemonia de uma fração da classe dominante no seio do bloco no poder. E o principal interesse do bloco no poder, que está na direção do Estado, é o desenvolvimento das forças produtivas (econômico), para que o favorecimento dos interesses internos seja ampliado.

brasileira, esta teria que se sustentar ideologicamente. Ainda que fosse inevitável o deslocamento do setor dinâmico na sua plenitude para a indústria, o setor primário devotava uma não parca atenção das classes e frações de classe, dentro ou não do bloco no poder. Isto em virtude da ampla capacidade deste setor de geração de divisas, além da forte concentração de propriedade e de grande massa de pessoas ainda residentes no campo.

A segunda versa sobre a questão da divisão entre as classes da produção e da riqueza. É sempre o trabalho socialmente dividido subsumido ao capital e atuando sobre a natureza que resulta na produção. É certo que a produção econômica é a que proporciona um resultado maior que o esforço despendido para a obtenção de “coisas” e que capital é consumido no processo. A questão distributiva tem seu alicerce ancorado numa duplicidade, a saber, i) o atrito entre trabalho e capital na produção e ii) o resultado dessa mesma produção econômica. Se da produção é oriundo o excedente, força motriz da acumulação de capital, este (o excedente), por sua vez, é repartido entre as classes sociais partícipes da existência do mesmo. Logicamente que as classes sociais não são uma categoria indivisível. As classes têm internamente suas respectivas frações, estas que, por sua vez, disputa a orientação hegemônica no conjunto da classe. A classe capitalista tem, dentro de si, diversas frações que, no bojo do processo produtivo e na produção do excedente social, disputam também a participação na produção. O Estado – aqui compreendido não como um aparelho neutro, acima da luta de classes, mas sim como um complexo instrumento que, em última instância, potencializa a opressão de uma classe sobre a outra – participa de forma ativa da produção agregada, o que, por sua vez, disputa também a repartição da produção na forma de taxas e impostos.

3 AS CORRENTES TEÓRICAS DO PENSAMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO

Para apropriar-se da formulação tipológica como a que foi aqui apresentada, necessário se faz compreender que: i) cada corrente do pensamento é a síntese da concepção de mundo de classes e frações de classe que têm elementos em comum, neste caso, o lugar no conflito social, se dentro do bloco no poder, fora dele ou com posição vacilante, e; ii) que, para concretizar a formulação do quadro tipológico, é imprescindível a noção de que a ideologia se organiza, conforme abordado por Althusser (1979), a partir de uma miríade de elementos estruturantes, formativos da interpretação/orientação do desenvolvimento inclusos na produção intelectual das classes e frações de classe com consciência apurada. O quadro tipológico do pensamento econômico brasileiro que foi aqui apresentado inclui i) a ortodoxia neoliberal; ii) o desenvolvimento estruturalista e, iii) a transição socialista.

i) A Ortodoxia Neoliberal

A corrente ortodoxa neoliberal sintetiza uma vasta convergência de concepção, tanto no tocante ao axioma básico da eficiência dos instrumentos equilibradores do mercado e prioridade na estabilização da economia com equilíbrio das contas públicas, quanto à perseguição do crescimento econômico com alguma intervenção estatal saneadora de imperfeições de mercado. Outros setores, ligados sobretudo a Roberto Simonsen, João Paulo de Almeida Magalhães e Nuno Figueiredo, chamado aqui de *heterodoxia da ortodoxia*, sustentavam a tese de que a industrialização, com alguma forma de planejamento e participação estatal, fruto de um planejamento global, constituía a condição indispensável ao desenvolvimento econômico. Entretanto, entre os construtores dos argumentos centrais, que priorizava a estabilização da economia, se destacaram Eugênio Gudín, Octávio Gouveia de Bulhões, Dênio Nogueira e Daniel Carvalho. Dessa forma, o fio condutor desta corrente é a máxima participação privada na economia. Embora a ortodoxia neoliberal delegue ao setor privado, por meio dos mecanismos de mercado, a tarefa de produzir, caberia ao governo um rigoroso controle das variáveis macroeconômicas, para manter a economia em equilíbrio estável (BIELSCHOWSKY, 1988).

A definição assim como o estabelecimento dos limites desta corrente, do ponto de vista prático-teórico, encontra dificuldades metodológicas. Isto em função de certas condições objetivas e subjetivas postas quando esta tornara-se sistematizada. O Brasil estava, nos anos 30 e 40, conforme o conceito furtadiano, solidificando o seu deslocamento do centro dinâmico, na medida em que o setor agro-exportador perdia sua centralidade para o industrial, o que conduzia a um rearranjo do bloco no poder.

A ortodoxia deveria reconfigurar suas concepções ao ponto de adequá-las a uma nova correlação de forças. A síntese dessas condições é a *convergência teórica condicional*, que significa a unificação desta corrente em função de uma concepção de mundo não unitária *a priori*, porém, em última instância, é possível localizar o *leitmotive* coesionador, a saber, a máxima da eficiência dos instrumentos equilibradores do mercado com intervenção estatal parcimoniosa. É a convergência teórica condicional que diferencia a corrente *neoliberal* em Bielschowsky (1988) da *ortodoxia neoliberal* do presente trabalho, em função da ausência, na análise daquele, tanto das condições objetivas e subjetivas postas quanto dos conflitos de classe e fração classe. Desse modo, é possível incluir numa mesma corrente teórica tanto Gudin e Bulhões (neoliberais, para Bielschowsky, 1988: p.44), quanto Roberto Simonsen e Almeida Magalhães (Desenvolvimentistas do setor privado, segundo Bielschowsky, 1988: p. 93), posto que a disputa ideológica objetivava a dominância no bloco no poder sem alterações qualitativas na ordem social, isto é, as contradições internas na ortodoxia neoliberal limitava-se às movimentações das classes dominantes, quer sejam materiais quer sejam ideológicas, sem adentrar-se nas contradições existentes entre dominantes e dominados. Isto a distingue das outras correntes aqui abordadas.

Indubitavelmente, a ortodoxia neoliberal não secundarizava, no escopo de sua formulação teórica, a **análise do subdesenvolvimento**, assim como dos países nesta condição, não obstante sua concepção diferenciada sobre as causas e as medidas resolutivas para o problema do subdesenvolvimento em relação ao desenvolvimentismo estruturalista – os mais enfáticos na época sobre o debate centro-periferia. Ainda que pese a compreensão de que há especificidades em diferentes economias, sobrepujando o tratamento separado em cada caso, o fundamental para esta corrente, em especial para os construtores dos argumentos centrais, era a noção da unicidade e homogeneidade da teoria econômica, isto é, permanece imutável tanto para países do centro quanto para periféricos.

As análises da ortodoxia neoliberal sobre o subdesenvolvimento, do ponto de vista dos construtores dos argumentos centrais, têm por finalidade estabelecer limiares à intervenção estatal na economia, posto que preservar os princípios do livre-cambismo, considerando os ciclos econômicos e as instabilidades das economias periféricas, é condição *sine qua non*. Desse modo, segundo Bielschowsky (1988), alguns elementos abarcam as políticas econômicas necessárias para aligeirar o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos, assim como: i) a centralidade da defesa da estabilidade monetária e cambial, no sentido de garantir os mecanismos de mercado e manter o sistema econômico na direção da máxima eficiência e; ii) a consideração das características estruturais desse mesmo sistema, o que, por sua vez, exige certa intervenção estatal no sentido de garantir a eficiência e estabilidade desejada.

Para a heterodoxia da ortodoxia, por sua vez, a industrialização cumpriria uma função precípua na ruptura das amarras do subdesenvolvimento. Para isso, no sentido de alavancar o setor privado, qualquer que seja sua origem – quer seja nacional, quer seja estrangeiro – dotando-o de condições de deslanchar um processo de industrialização, um planejamento global com participação estatal, ainda que parcimoniosa, far-se-ia necessário. O objetivo central era desenvolver a economia, sem lançar mão da estabilização e saneamento econômico enquanto condições imprescindíveis para a realização deste desenvolvimento. A participação estatal limitar-se-ia em sanear as possíveis imperfeições do mercado, indicando para o setor privado os passos imperiosos à industrialização, além de incluir investimentos diretos nos setores básicos em que a iniciativa privada não se fizesse presente.

A respeito da **visão do desenvolvimento brasileiro**, a ortodoxia neoliberal era enfática na conjugação de duas teses: i) que a baixa produtividade era dentre problemas econômicos nacionais o mais nocivo e; ii) que indústria não significa necessariamente prosperidade, assim como agricultura não é sinônimo de pobreza. A baixa produtividade, conforme argumenta tal corrente, cria a falsa idéia de que a especialização na agricultura provoca letargia do desenvolvimento brasileiro, ao passo que cria a fantasia da existência de desemprego disfarçado. Logo, a questão da concentração latifundiária nem sequer era abordada, tendo em vista este era um problema ou inexistente ou irrelevante (BIELSCHOWSKY, 1988).

A compreensão da ortodoxia neoliberal, do ponto de vista do funcionamento da economia brasileira, é que as características principais são a baixa produtividade e o pleno emprego, em detrimento da especialização em atividades agroexportadoras e de desemprego, conforme sustentavam

outras correntes do pensamento. Os construtores do argumento central projetavam o desenvolvimento econômico brasileiro balizado numa industrialização leve para o futuro, isto é, na dependência do progresso técnico da agricultura e da superação da situação do pleno emprego, e uma industrialização pesada para um longo prazo bem remoto. No curto prazo, era previsto uma série de medidas que tinham por finalidade a elevação da produtividade existente, ao passo que incluía apoio à elevação da taxa de poupança nacional, através de políticas de atração de capital estrangeiro e da estruturação do sistema financeiro nacional.

No que diz respeito ao protecionismo, o argumento central da ortodoxia neoliberal não negava a tese da indústria infante – outras teses, porém, eram ignoradas, na medida em que fossem reduzidos os níveis tarifários e os prazos de sua aplicação no Brasil, bem como selecionar os setores meritoriosos desta proteção, isto é, uma melhor escolha das indústrias a proteger. Ou seja, era o argumento da indústria infante com adaptações sobretudo políticas. A concordância com a idéia de gradual ampliação da produtividade restringia-se às unidades produtivas pioneiras tomadas isoladamente.

A heterodoxia da ortodoxia, por sua vez, argumentava sobre a necessidade de um planejamento global para a concentração de esforços direcionados a objetivos específicos de desenvolvimento. A impetuosa defesa no planejamento com democracia, para este setor, no sentido de conciliar a intervenção estatal com livre iniciativa, objetivava desfazer a confusão existente entre liberalismo econômico e liberalismo político. Por mais que a dita democracia fosse defendida, a heterodoxia da ortodoxia reconhecia que nos países periféricos, como é o caso do Brasil, os mecanismos de mercado são falhos na sinalização de alocação eficiente, em função do peso de fatores assim como as indivisibilidades de capital, imperfeições do mercado, economias externas, dentre outros. O intento também era desfazer a noção de que o planejamento era uma iniciativa de cunho socialista e contrário aos interesses do capital privado. A intervenção estatal deveria atingir as áreas não cobertas pela iniciativa privada, como eletrificação, siderurgia, petróleo, insumos básicos, material bélico e outras atividades-chave, incluindo setores agroexportadores (SOUZA, 2005).

A questão do gerenciamento dos investimentos e a origem de seu financiamento ganharam vastas proporção dentro da formulação da ortodoxia neoliberal, posto que **o problema do financiamento do desenvolvimento** apresentara-se como uma manifestação ideológica de uma concepção de mundo mais ampla. Aqui, as disputas dentro desta corrente se acirram, tendo em vista que o cerne da questão é quem hegemonizaria o bloco no poder, indicando os setores beneficiados, assim como as frações de classes internalizadas no bloco, pelo direcionamento do financiamento. É aqui que o consenso do *establishment* anda sobre um fio de navalha.

Do ponto de vista do reforço da capacidade corrente de investir haveria apenas dois recursos legítimos, a saber, a estruturação de um sistema financeiro e a atração de capitais estrangeiros, sendo que a participação do Estado sempre traria resultados desastrosos e deletérios. A idéia de estruturar um sistema financeiro no espaço brasileiro teria por finalidade a formação de poupança e sua respectiva canalização para investimentos produtivos. E nesta idéia estava incluso um ativo mercado de títulos de longo prazo. No tocante a criação do Banco Central, em substituição a Sumoc, as principais preocupações dizem respeito à questão da política de controle monetário e cambial.

Caberia ao capital estrangeiro ser recurso básico para o desenvolvimento econômico de uma nação atrasada, segundo os construtores dos argumentos centrais. A defesa consistia na participação do capital externo sob todas as formas e para todos os setores de atividade, sobretudo os setores com elevada relação capital/produto e longo prazo de maturação. Nesta concepção, o capital estrangeiro contribuía com poupanças, capacidade administrativa e empresarial, além do *know-how*.

A preocupação central da heterodoxia da ortodoxia, por sua vez, era o de garantir a máxima participação do direcionamento dos investimentos para o capital nacional. Não negavam a importância da participação do Estado, ainda que privilegiassem o capital estrangeiro para casos em que o capital interno não tivesse capacidade competitiva, exceto no caso da Petrobrás, porém reafirmavam a convicção no livre cambismo como principal elemento propulsor do desenvolvimento.

A ressalva feita aos investimentos estrangeiros correspondia à mesma linha das ressalvas concernentes aos investimentos estatais. O intento basilar e primordial era o de preservar o capital

nacional frente à concorrência díspar do capital estrangeiro. Recomendava-se estimular o ingresso de capitais estrangeiros, sobretudo em setores cujo capital nacional ainda não tenha explorado, aconselhando participação do capital brasileiro nos respectivos investimentos.

A **questão distributiva**, internamente na ortodoxia neoliberal, é possivelmente um dos elementos ideológicos estruturais cujo consenso é menos distante. Do ponto de vista da redistribuição da propriedade, para os construtores do argumento central, seria uma medida supérflua e desnecessária, na medida em que os projetos que a tinham por objetivo desconsideravam que a pobreza da vida rural é resultado direto da baixa produtividade, em virtude da carência de quatro elementos, a saber, educação, saúde, domínio das técnicas agrícolas e acesso a crédito.

Não se verifica em momento algum, quando se observa a questão distributiva crucial entre salários e lucros, como argumenta Bielschowsky (1988), uma defesa da expansão dos investimentos mediante redução dos salários reais, posto que, sobretudo para os construtores dos argumentos centrais, o critério para elevação salarial deveria ser a melhoria de produtividade. Este raciocínio é orientado pela noção neoclássica de que o mercado determina a remuneração dos fatores de produção, conforme sua produtividade marginal.

Neste mesmo sentido, de acordo com Bielschowsky (1988), Eugênio Gudín argumenta que, inicialmente, a legislação do salário mínimo encontraria um entrave no invariável fato econômico da quantidade insuficiente da produção, além do que o Estado só teria condições de alterar a hierarquia de preços determinada pelo mercado durante um período de tempo momentâneo. Continuava argumentando que a legislação em questão tenderia ocasionar o desemprego dos fatores, posto que implica numa elevação dos custos marginais acima dos preços, conduzindo a uma redução dos lucros e dos investimentos, assim como correspondia a um infrutífero ato de proteção a classe trabalhadora do país, tendo em vista a condição existente do pleno emprego.

Num caminho não muito distinto, a heterodoxia da ortodoxia tinha como fio condutor, no debate envolvendo questões distributivas entre capital e trabalho, o compromisso com a preservação da taxa de lucro empresarial, na medida em que concebiam que o investimento nacional e, conseqüentemente, a elevação do emprego e da renda dependia diretamente da lucratividade privada. Desse modo, deveria evitar a tributação demasiada por impostos diretos na medida em que desincentiva as inversões internas de capitais nas atividades de produção e de comércio, assim como repele os capitais estrangeiros.

No tocante aos salários, a fixação de pisos mediante intervenção estatal não eram negados, *a priori*. Porém, o peso dos encargos trabalhistas e dos reajustes do salário mínimo seria deletério para o desenvolvimento da economia. O aumento do salário real deveria ocorrer como resultado direto do aumento da produtividade marginal, na medida em que algo distinto disto poderia ameaçar a taxa de lucro corrente e, conseqüentemente, a sua ação multiplicadora. Neste sentido, não havia como concordar com a participação dos trabalhadores no lucro das empresas, tendo em vista o obstáculo que isto cria ao desenvolvimento econômico e à conseqüente elevação dos padrões de vida (BIELSCHOWSKY, 1988).

ii) O Desenvolvimentismo Estruturalista

A corrente do desenvolvimentismo estruturalista, uma síntese teórica de um ecletismo keynesiano e das teses cepalinas, defendia, enquanto escopo basilar de sua formulação, a industrialização vide o modelo de substituição de importações, assim como a ampla participação do Estado na correção de desequilíbrios estruturais e na eliminação dos pontos de estrangulamentos do crescimento. Os intelectuais mais expoentes foram Celso Furtado, Rômulo de Almeida, Jesus Soares Pereira e Américo Barbosa de Oliveira, no qual consideravam como fundamental a participação de empresas estatais para a industrialização e o desenvolvimento de projetos prioritários, tais como os de mineração, petróleo, energia, transportes, telecomunicações e indústrias básicas. (BIELSCHOWSKY, 1988; SOUZA, 2005).

Se a ortodoxia neoliberal, do ponto de vista do lugar social no qual se encontrava na luta de classe, não havia maiores dificuldades de se identificar, isto é, nas classes ou fração de classes dentro do bloco no poder na disputa pela dominação política, falar o mesmo para o desenvolvimentismo estruturalista é um demasiado exagero. Decerto que não são das classes subalternas que seus intelectuais falam em nome e/ou são oriundos. A posição vacilante desta corrente, no tocante ao posicionamento político

frente ao conflito de classe, é o produto do mesmo posicionamento vacilante, *a priori*, da fração de classe no qual são provenientes. Ao observar sobretudo os elementos ideológicos estruturais, é possível afirmar que a concepção de mundo que esta corrente se responsabilizou em criar, sistematizar e difundir é, indubitavelmente, a visão daquela no qual os clássicos da ciência política marxista, sobretudo o marxismo chinês, chamariam de burguesia progressista⁶, isto é, a fração da burguesia que estaria cada vez mais interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia nacional.

A preocupação do desenvolvimentismo estruturalista era garantir o processo de industrialização, posto que compreendia enquanto condição *sine qua non* para romper as amarras da condição de subdesenvolvimento. Dessa maneira, tanto se animavam com inversões estatais em setores que consideravam estratégicos, sobretudo os de infra-estrutura, quanto com os investimentos estrangeiros em setores não alcançáveis pelo capital nacional cuja implantação poderia seguir o curso privado sem prejuízo do processo como um todo. Ainda assim, até mesmo os investimentos privados deveriam obedecer à ordenação de um planejamento econômico.

Segundo Bielschowsky (1988), três são os argumentos que unificam esta corrente. O primeiro contém uma defesa e confiança na capacidade do Estado na promoção do desenvolvimento auto-sustentado, através de investimentos em setores estratégicos e, sobretudo, de planejamento econômico. A conceituação desta questão é originada em torno da idéia de que só através da coordenação estatal é possível internalizar os centros de decisão sobre os destinos da economia brasileira e romper com as relações de submissão ao comando tradicional dos países desenvolvidos, ou seja, só através da decidida ação estatal serial possível a emancipação econômica nacional e um desenvolvimento auto-sustentado. O segundo contém a defesa estruturalista da submissão da política monetária e cambial à política de desenvolvimento, base na argumentação nacionalista em oposição aos programas de estabilização preconizados pelo FMI. O terceiro é um compromisso com reformas de cunho social. A preocupação com essas reformas ganha espaço crescente em seus textos, iniciando-se pela defesa de tributação progressiva, passando ao projeto de desconcentração regional da renda (Sudene) e atingindo o apoio à reforma agrária.

A **análise do subdesenvolvimento** feita pelo desenvolvimentismo estruturalista compreende que existe na periferia uma estrutura econômica heterogênea. Em virtude do modo que se insere na economia-mundo, coexistem nos países periféricos setores modernos, em especial aqueles vinculados a atividades de exportação, e um amplo setor de subsistência que opera numa condição de produtividade muito inferior ao observado nos países do centro. Como conseqüência, o desenvolvimento dos países periféricos seria entendido como um processo de homogeneização dos níveis de produtividade no sistema econômico como um todo. Tal homogeneização só seria possível mediante um processo de industrialização, em função de uma absoluta insuficiência de expansão dos mercados de exportação. Assim sendo, o subdesenvolvimento não seria uma etapa comum a todos os países, porém uma condição específica da periferia do sistema-mundo capitalista, a um resultado histórico da dinâmica da economia-mundo desde a Revolução Industrial (BIELSCHOWSKY, 1988; FURTADO, 2009).

Entretanto, as estruturas econômicas dos países do centro num determinado momento não possuíam os elementos dinâmicos básicos de desenvolvimento industrial, contudo passaram a possuir. Isto não seria argumento suficiente para atestar que o desenvolvimento é linear e realizado por etapas? Para desenvolvimentismo estruturalista, a homogeneidade de todo o sistema produtivo no que diz respeito à evolução tecnológica, que decorrerá das condições históricas da transição do capitalismo mercantil ao capitalismo industrial e da escassez relativa de mão-de-obra, oferece uma resposta qualitativa contrária ao argumento do desenvolvimento enquanto etapa. Dessa forma, a análise do desenvolvimento, assim como do subdesenvolvimento, pressupõe apropriar-se da história da formação das estruturas. Nesta perspectiva, Furtado (2009) argumenta que:

⁶ Este conceito tem diversas divergências do ponto de vista da aceitação. Para Prado Jr. (1977, p. 121), “a ‘burguesia nacional’, tal como é ordinariamente conceituada, isto é, como força essencialmente antiimperialista e por isso progressista, não tem realidade no Brasil, e não passa de mais um desses mitos criados para justificar teorias preconcebidas; quando não pior, ou seja, para trazer, com fins políticos imediatistas, a um correlato e igualmente mítico ‘capitalismo progressista’ o apoio das forças políticas populares e de esquerda. O antiimperialismo tem no Brasil outro conteúdo e outras bases que interesses específicos da burguesia ou de qualquer de seus setores”.

O advento de um núcleo industrial, na Europa do século XVIII, provocou uma ruptura na economia mundial da época e passou a condicionar o desenvolvimento econômico subsequente em quase todas as regiões da terra. A ação desse poderoso núcleo dinâmico passou a exercer-se em três direções distintas. A primeira marca a linha de desenvolvimento, dentro da própria Europa Ocidental [...]. Esse desenvolvimento [...] caracterizou-se pela desorganização da economia artesanal pré-capitalista e pela progressiva absorção dos fatores liberados em um nível mais alto de produtividade. [...] A segunda linha de desenvolvimento da economia industrial européia consistiu num deslocamento para além de suas fronteiras, onde quer que houvesse terras ainda desocupadas e de características similares às da própria Europa. [...] As economias australianas, canadense ou estadunidense nessa fase eram simples prolongamentos da economia industrial européia. As populações que emigravam para esses novos territórios levavam as técnicas e os hábitos de consumo da Europa [...].

A terceira linha [...] foi em direção às regiões já ocupadas [...]. O contato das vigorosas economias capitalistas com essas regiões de antiga colonização não se fez de maneira uniforme. Em alguns casos, o interesse limitou-se à abertura de linhas de comércio. Em outros houve, desde o início, o desejo de fomentar a produção de matérias-primas cuja procura crescia nos centros industriais. O efeito do impacto da expansão capitalista sobre as estruturas arcaicas variou de região para região, ao sabor de circunstâncias locais, do tipo de penetração capitalista e da intensidade desta. Contudo, a resultante foi quase sempre a criação de estruturas híbridas, uma parte das quais tendia a comportar-se como um sistema capitalista, a outra, a manter-se dentro da estrutura preexistente. Esse tipo de economia dualista constitui, especificamente, o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo (p. 160-161).

Entendendo a constituição do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, segundo a corrente em questão, poderia apurar a **visão do desenvolvimento brasileiro**. É válido destacar a ênfase dada pelos intelectuais do desenvolvimentismo estruturalista, em especial Celso Furtado, ao excesso de mão-de-obra e ao baixo poder de barganha dos trabalhadores, situação essa que se mantém devido, sobretudo, à tecnologia importada com alta densidade de capital utilizada na indústria brasileira, a qual, por sua vez, possui características monopolistas e defronta-se com uma estrutura agrária atrasada e de baixa eficiência, que conduz uma parte considerável da população a condições miseráveis de vida. Nestas circunstâncias, a industrialização brasileira, puxada pela substituição de importações, não teria logrado criar uma demanda de manufaturados suficiente ao estabelecimento do desenvolvimento auto-sustentado. Contudo, decerto que durante o ciclo do desenvolvimentismo, período do início da década de 1950 até o golpe cívico-militar de 1964, segundo Cardoso (1978), sofreu considerável diversificação e integração, criando consigo uma demanda por bens intermediários e de capital. No entanto, a questão central, conforme o pensamento dessa corrente, é a baixa absorção de mão-de-obra pela visível expansão industrial, que fez com que o salário real crescesse a taxas menos que a capacidade produtiva (CARDOSO, 1978; MANTEGA, 1984).

Do argumento acima, conforme aborda Mantega (1984), é possível dissertar por duas vias. A primeira diz respeito à industrialização retardatária que, com abundante oferta de mão-de-obra e alta densidade de capital, concentra a renda e faz o nível de salários crescer a taxas menores que a expansão industrial. É indubitável que a acumulação de capital no Brasil realizou-se sob o pressuposto da concentração de renda e com a exclusão da maioria da população dos ditos benefícios do desenvolvimento. A segunda via diz que a demanda dos assalariados desempenha um papel estratégico na demanda global do sistema. No caso da realidade brasileira de subdesenvolvimento, a ausência desse elemento, isto é, diante da grande oferta de mão-de-obra barata, conduz ao atrofiamento de um mercado consumidor estimulante de novos investimentos e, *vis-à-vis*, das modificações tecnológicas que a burguesia dos países do centro deveria efetuar em vista da pressão salarial.

Esses problemas na estrutura produtiva e econômica brasileira, assim como de uma miríade de países periféricos, só seriam superados a partir da garantia, mediante planejamento, de um eficiente processo de industrialização. Neste sentido, havia uma forte dose de confiança no Estado como agente capaz de garantir o desenvolvimento auto-sustentado.

Do ponto de vista do **problema do financiamento do desenvolvimento**, a análise do desenvolvimentismo estruturalista era bastante límpida. Devotava o sucesso da industrialização brasileira ao controle que os agentes nacionais pudessem ter sobre as decisões fundamentais à economia do país. Por isso, a ampla participação estatal na captação e alocação de recursos, através de um sistema de planejamento abrangente e de pesados investimentos estatais era indispensável, bem como um centralizado controle do capital estrangeiro. Este argumento baseava-se na concepção de que era enganosa a defesa feita a entrada de capitais externos como significado da criação de um fluxo

permanente de renda de dentro para fora do país, isto é, da dependência da entrada de poupança externa para deslançar o desenvolvimento brasileiro. Dessa forma, para auferir os benefícios derivados do influxo da tecnologia em permanente renovação do capital estrangeiro, necessário se fazia uma política disciplinadora de entrada de capitais externos.

Tão logo, mediante os argumentos construídos pelo desenvolvimentismo estruturalista, é possível perceber que sobressai a relevância da ação estatal como capaz de compensar as insuficiências dos instrumentos do mercado à alocação de recursos. Mais do que a proposição de planejamento seccional, ou por áreas da economia, que corresponderia à localização de alguns setores que constituiriam dos ditos pontos de estrangulamento ou de deficiências estruturais da economia e à definição de objetivos setoriais, de modo que o Estado, mediante diversos mecanismos, promova uma política econômica visando garantir as taxas de investimento necessárias, a proposta defendida por esta corrente é de um planejamento global da economia (BIELSCHOWSKY, 1988).

Antes que seja aprofundado o debate sobre a **questão distributiva** do desenvolvimentismo estruturalista, necessário se faz ter noção da idéia de “excedente econômico” para o Furtado⁷, tendo em vista que esta é a noção chave, no seu entender, do desenvolvimento. A conotação de excedente trabalhado por Furtado distingue-se do conceito empregado por Marx, posto que, para este, é resultado direto da extração da mais-valia e do conflito capital X trabalho.

O excedente seria exatamente o elemento que faria deslançar a margem de investimentos, de expansão da capacidade produtiva e do aumento de produtividade. Mas, para isso, abre-se mão da “exploração” trabalhada por Marx, assim como “força de trabalho” e “meios de produção” são igualmente “fatores de produção” (e não se dividem em trabalho morto e trabalho vivo). No esquema furtadiano, a luta de classes e a exploração só se manifestam de forma efetiva no capitalismo primitivo ou então no capitalismo subdesenvolvido, quando o excesso de mão-de-obra conduziria os trabalhadores a salários de subsistência, e os proprietários dos meios de produção apropriar-se-iam de grande parte do progresso econômico da sociedade. Só com uma industrialização orientada por um planejamento global sanaria esta questão deletéria, na medida em que absorveria velozmente a mão-de-obra abundante, invertendo a correlação de forças e conduzindo a classe trabalhadora a ter crescente participação na renda social. Isso significa que no capitalismo avançado a questão da luta de classes penderia cada vez mais a favor dos trabalhadores, tornando-os praticamente sócios dos incrementos do progresso. Logo, a industrialização cumpriria uma dupla função, a saber, a de romper com os desequilíbrios estruturais e de avançar na superação dos problemas distributivos (MANTEGA, 1984; BIELSCHOWSKY, 1988).

A captação de recursos para o financiamento do desenvolvimento, segundo Bielschowsky (1988), deveria ocorrer necessariamente com a elevação da tributação, para que se ocasionasse a poupança potencial da economia brasileira para o Estado, entendido como o agente capitalista dinâmico, em detrimento das classes dominantes que não tinham mentalidade empresarial. Seria a tributação responsável, enquanto um mecanismo de intensificação da poupança e dos investimentos, por alterar as inversões em setores que já perderam seu dinamismo.

A reforma agrária, por sua vez, era entendida enquanto condição imprescindível à resolução do problema da expansão da oferta de alimentos no Nordeste, ainda que pese que, ao falar do eixo Centro-Sul, a ênfase fosse mais parcimoniosa. A estrutura agrária era vista como uma dificuldade ou limitação do processo global de desenvolvimento, mas não como uma barreira estrutural.

⁷ “O conceito de “excedente de produção” foi amplamente utilizado pelos clássicos, sob designações de *net produce* ou *surplus of produce*, para significar a diferença entre o produto bruto e “as necessidades de vida de todos aqueles ligados à produção” (John Stuart Mill, *Principles*, p. 163). Em face ao juízo valorativo que Marx atribuiu a esta expressão, dela derivando o conceito “taxa de exploração”, os neoclássicos deixaram-na totalmente de lado. O produto social passou a ser concebido em termos de “custos de fatores”, deixando a poupança de ser a consequência de existência de um “excedente” para ser o resultado de um ato de contenção ou abstinência. Do ponto de vista da teoria do desenvolvimento, na qual o processo de acumulação assume grande importância, é conveniente voltar ao conceito clássico de excedente, deixando de lado, na medida do possível, qualquer vinculação deste a juízos de valor” (FURTADO, 2009: p. 106-7, grifos no original).

Em síntese, a reforma agrária, conjuntamente a reforma tributária e administrativa, representava a transformação institucional *sine qua non* à estabilidade política no Brasil, além do próprio debate de redistribuição econômica regional, que originou uma gama de debates, sobretudo, sobre o Nordeste, mas foge ao escopo deste trabalho. Para isso, necessário se fazia combater a inflexibilidade das classes dominantes no tocante à elevação e reformulação da tributação para financiamento do desenvolvimento, a corrupção e ineficiência administrativa, assim como o anacronismo das estruturas agrárias.

iii) A Transição Socialista

A corrente teórica de transição socialista é originária na vertente leninista do marxismo e nos argumentos da III Internacional Comunista para os países coloniais e atrasados e cria robustez pelos teóricos do PCB (até então, Partido Comunista do Brasil, ou PC do Brasil), em especial Nelson Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães, Luis Carlos Prestes e Caio Prado Júnior. O objetivo fundante era fazer a disputa dos setores progressista do país com o desenvolvimento estruturalista, tendo no horizonte uma perspectiva revolucionária e socialista para o Brasil, sendo que, para isso, inspirava-se nos clássicos do marxismo e nos exemplos históricos dos países socialistas. Porém, esta corrente trás consigo, sobretudo em meados da década de 1960, introduzida por André Gunder Frank, uma forte identificação com a concepção sobre o imperialismo e sobre o capitalismo atrasado de Trotski e pela IV Internacional Comunista, iniciando pela idéia de *desenvolvimento desigual e combinado* até a questão da superexploração do trabalho na periferia, assim como o dilema: socialismo ou fascismo.

A **visão do desenvolvimento brasileiro**, feita pelos pensadores dessa corrente, baseava-se no materialismo histórico. Para isso preocupavam-se em compreender as relações de produção dominantes, a situação das forças produtivas, as classes centrais em confronto e as tendências de transformação do Brasil. No escopo dessa leitura, a sociedade brasileira da primeira metade do século XX era semicolonial e semifeudal, não obstante as contestações de Caio Prado Jr. a respeito deste argumento⁸, dominado pelo latifúndio e pelo imperialismo, reacionário ao avanço das forças produtivas e do desenvolvimento do Brasil, reivindicado pela ampla parcela da sociedade do país. Portanto, para que a estratégia objetivada fosse alcançada a contento, ou seja, a transição socialista para o Brasil, deveria se passar por uma transformação qualitativa, nacional e democrática, que eliminaria os resquícios do atraso, libertando grande parte da população brasileira da miséria e opressão do latifúndio, expulsando o imperialismo e estabelecendo uma sociedade democrática.

O caráter nacionalista da estratégia desta corrente, orientada pelo PCB, cuja armada revolucionária deveria agregar os setores antinazifacista, todos os segmentos sociais subalternizados e empenhados na luta contra as formas de autoritarismo nazista e fascista, sem qualquer discriminação, incluindo os membros das classes dominantes antiimperialistas. Para isso, um programa partidário deveria propor a superação da condição brasileira semicolonial e semifeudal.

Destarte, o setor rural e campestre brasileiro era entendido enquanto núcleo decisivo da nação, no qual, sob controle monopolístico do campo, se realizavam as atividades econômicas cruciais. A partir desta leitura, tem-se a noção de que aos latifundiários reacionários cabe o fornecimento de produtos primários as potências imperialistas e reproduzir a condição de semicolônia do Brasil. Esses grandes proprietários de terra, assomados aos grandes capitalistas brasileiros, estariam associados, conforme a leitura desta corrente, ao imperialismo estadunidense, transferindo a este as riquezas do país, toda a produção de mercadorias primárias para exportação e deixando ao bel prazer o controle das finanças brasileiras e o comércio exterior, bem como os meios de transporte e as fontes de energia, ou seja, tornando o Brasil um reduto de produção de insumos para a indústria dos Estados Unidos. Logo, o Brasil seria um país essencialmente agro-exportador, subordinado ao imperialismo comercial, interessado na extração de excedente por meio da exploração de riquezas naturais, da comercialização de mercadorias oriundas dos setores primários brasileiros e da venda de manufaturas no mercado do Brasil (MANTEGA, 1984).

⁸ “[...] Caio Prado Jr. afirma que a grande propriedade rural brasileira [...] vigoram relações de produção capitalista. Isso significa que os trabalhadores rurais não seriam os servos europeus da Idade Média, mas sim trabalhadores livres, meros vendedores de força de trabalho, cuja principal reivindicação consistia [...] na melhoria de sua remuneração e na melhoria das condições de trabalho” (MANTEGA, 1984: p. 238-9).

Só assim, como aborda Mantega (1984), com a formação de uma coligação de interesses feudal-imperialista, que se travava o avanço das forças produtivas brasileiras. Essas seriam condições deletérias aos negócios ligados ao mercado interno, de industriais e comerciantes brasileiros, tanto pela concorrência das mercadorias estadunidense quanto pela insipiente capacidade do mercado local. Dessa forma, as duas vias manifestas da opressão, do ponto de vista externo a opressão imperialista e do ponto de vista interno a opressão latifundiária – tornava cada vez mais pobre e sem poder de compra de produtos industrializados o povo brasileiro.

Segundo a argumentação desta corrente, a coligação feudal-imperialista atacava diretamente os interesses da ampla maioria da população brasileira, desde os trabalhadores da cidade e do campo e as demais classes e frações de classe subalternas, até as frações da classe burguesa nacional e em contradição com o imperialismo, isto é, indesejada no bloco no poder, além das classes médias urbanas, formadas por profissionais liberais, artesãos e funcionários públicos em achatamento social. Isto daria a tônica das balizas da revolução brasileira, ou seja, uma revolução democrática popular, de cunho antiimperialista e antifeudal. Do ponto de vista de Prestes (*apud* Mantega, 1984: p.162), *nestas condições, as principais contradições que [...] se verifica no Brasil são as que contrapõem os imperialistas norte-americanos à maioria esmagadora da Nação e [...] os restos feudais ao povo brasileiro.*

O intelectual marxista que se responsabilizou por introduzir de modo coerente com o materialismo histórico na **análise do subdesenvolvimento** latino-americano foi o pensador André Gunder Frank, no qual diversos outros pensadores brasileiros foram inquietados por seus argumentos, assim como Rui Mauro Marini e Theotônio dos Santos. Ainda que pese que sua obra mais importante fora lançada 1967, fugindo, assim, ao espoco deste trabalho monográfico, a introdução teórica sobre o *Desenvolvimento do Subdesenvolvimento* veio com o artigo publicado na Revista Brasiliense de janeiro/fevereiro de 1964 de título *A Agricultura Brasileira: Capitalismo e o Mito do Feudalismo*. Este trabalho objetiva combater as análises dualistas do PCB – que compartimentavam a sociedade brasileira num setor rural atrasado e um setor urbano moderno – assim como as que identificavam relações feudais e semifeudais no campo brasileiro (MANTEGA, 1984).

Gunder Frank, indo numa linha similar a de Caio Prado Jr., segundo Mantega (1984), afirmava que a miríade de relações de trabalho do setor rural brasileiro não implicava em vestígios feudais ou semifeudais, como argumentava linha central do PCB, no entanto relações sociais determinadas e amoldadas pelos interesses do sistema capitalista mundial. Tão logo, não apenas a agricultura estaria subsumida ao sistema capitalista mundial, porém a economia brasileira como um todo. Isto se deve ao fato de que a própria formação econômico-social do Brasil se oriunda da expansão do capitalismo mercantil europeu do século XVI, moldando a colônia brasileira de acordo com suas características capitalistas e interesses peculiares.

A gênese do subdesenvolvimento atual das sociedades da periferia latino-americana deveria ser compreendida no bojo da própria expansão do capitalismo, que, como aborda Mantega (1984), teria determinado não apenas a formação das estruturas sócio-político-econômicas das colônias, como reiteraria, a partir da sistemática exploração, o subdesenvolvimento das atuais neocolônias vide a assimilação do excedente econômico dos países satélites pelas metrópoles do centro. *As contradições do capitalismo e o desenvolvimento histórico do sistema capitalista geraram o subdesenvolvimento nos satélites periféricos expropriados, ao passo que engendram desenvolvimento nos centros metropolitanos* (GUNDER FRANK, *apud* Mantega, 1984: p.214).

As teses centrais da teoria do desenvolvimento do subdesenvolvimento, sinteticamente, são:

- a) o subdesenvolvimento, que caracteriza os países da periferia, é uma criação e constante recriação do sistema capitalista mundial, e não um estágio pré-capitalista pelo qual já passaram os países capitalistas avançados da atualidade;
- b) a divisão internacional do trabalho do mundo capitalista, prescrita pelos países imperialistas, atribui aos satélites subdesenvolvidos a qualidade de fornecedores de excedente para alimentar o desenvolvimento das metrópoles. Portanto, desenvolvimento e subdesenvolvimento são duas faces da mesma moeda;
- c) a produção de excedente da periferia adquire a forma de produção primário-exportadora e é transferida para as metrópoles via comércio, vale dizer, sob a égide do capital comercial;

- d) o sistema capitalista mundial obedece uma hierarquia de expropriação do excedente, onde os países ou as regiões mais avançadas exploram o excedente dos países ou regiões mais atrasadas. Portanto, o atraso de uma região conecta ao sistema capitalista indica o grau de exploração a que é submetida;
- e) o subdesenvolvimento é um processo que tende a se reproduzir enquanto o satélite permanecer sob a égide do sistema capitalista. Portanto, não pode haver desenvolvimento capitalista na periferia, mas apenas subdesenvolvimento capitalista, porque esses países adquiriram a mesma estrutura e contradições do capitalismo, ao mesmo tempo em que forneciam todo ou quase todo o seu potencial de acumulação (o excedente) para as metrópoles;
- f) o excedente é obtido pela superexploração da força de trabalho, que é tanto maior quanto mais subdesenvolvida for a região. O excedente provém das massas trabalhadoras depauperadas, com baixa produtividade, e obtém-se, pois, sob a forma de mais-valia absoluta;
- g) as transformações sociais verificadas na periferia resumem-se à formação de núcleos industriais, que ocorrem devido a fatores externos, isto é, ao afrouxamento dos laços imperialistas (quando o centro estiver ocupado com guerras e depressões). Essa industrialização regride tão logo a metrópole se recupera. Portanto, as economias periféricas (inclusive o Brasil, México e Argentina) tiveram apenas uma tênue industrialização, continuando baseadas essencialmente nas atividades agroexportadoras voltadas para o mercado externo (MANTEGA, 1984: p. 219-220).

A influência da questão do imperialismo sobre a corrente da transição socialista, conforme até aqui visto, fora essencial. Até temas de relevâncias distintas para esta corrente, como inflação e balanço de pagamentos, foram tratadas como pontos subordinados à questão do antiimperialismo. Por isso que esta corrente sistematicamente defende inversões e máximo de controle estatal sobre a economia, tendo em vista que o Estado poderia vir a ser um agente vital na luta antiimperialista.

É desse ponto de vista que, conforme a transição socialista, que se deveria pensar o **problema do financiamento do desenvolvimento**, ou seja, dotando o Estado de máxima capacidade intervencionista, em detrimento das movimentações do capital externo. Todo e qualquer investimento estrangeiro era condenável, tendo em vista a sua ontologia nociva ao desenvolvimento nacional e que a industrialização pesada brasileira poderia ocorrer-se em sua plenitude com capitais autóctones, bastando importar a técnica. Conforme Bielschowsky (1988), esta corrente destaca dois grupos temáticos no tocante ao antagonismo entre capitais estrangeiros e industrialização. A primeira versa sobre a nacionalização dos serviços públicos e indústria básica e sobre o controle das riquezas minerais.

A corrente de transição socialista sempre focalizou, durante o período aqui abordado, a questão da exploração estatal dos serviços públicos, como energia, transportes e comunicações, assim como indústrias básicas. O argumento era que necessário se fazia controlar as bases do desenvolvimento industrial, tornando, assim, imprescindível a proibição do acesso do capital externo às atividades supracitadas. Neste sentido, havia a defesa de nacionalização do setor de energia elétrica, assim como a defesa pela manutenção dos empreendimentos estatizantes em segmentos da indústria básica, como a siderurgia e a química básica. Entretanto, o segmento que mais atraiu debates foi indubitavelmente foi a questão do petróleo. A posição mais reverberante era que a defesa do petróleo, dos minerais atômicos, do manganês, dentre outros, tornara-se parte da discussão sobre o controle nacional dos alicerces da economia brasileira.

Os argumentos contrários à presença de empresas estrangeiras na exploração do petróleo e outros minerais, partiam do pressuposto que tais empresas agiam de modo deletério em função de que, conforme diz Bielschowsky (1988), exportam a preços baixos insumos nacionais, que retornam sob forma industrializada a preços elevados; que escasseiam as riquezas minerais brasileiras, desprovidos de planejamento do ponto de vista estratégico, ao passo que impedem a ação planejada da oferta interna; que escamoteiam informações sobre a existência de petróleo, quando é oportuno ao oligopólio internacional; e que remetem lucros e repatriam capital ao seu bel prazer, reduzindo a capacidade de acumulação para o país, além da sua capacidade de importar.

Tão logo, o problema do controle dos investimentos estrangeiros ultrapassa a questão pura e simples das remessas, já que o que a transição socialista desejava era um planejamento e controle integral dos investimentos, incluindo-se escolha dos agentes capitalistas pelo Estado. No entanto, problema das remessas era o de maior impacto ideológico, em razão das dificuldades periódicas no balanço de pagamentos por que passava o Brasil no período aqui abordado, tendo em vista as evidências

de evasão de divisas causada pelo movimento de capitais. Por essa razão, a questão da evasão de divisas via remessa de rendimentos e de capitais tornou-se um argumento econômico audível na campanha antiimperialista.

No entanto, a resistência à modalidade de empréstimos diretos era muito mais parcimoniosa comparativamente às inversões diretas, sendo este um aspecto relevante ao analisar como esta corrente vislumbrava o financiamento do desenvolvimento. Nas palavras de Caio Prado Jr. (*apud* Bielschowsky, 1988: p.236), os financiamentos, *sem alienarem nossa independência econômica, e sem introduzirem fatores de perturbação no funcionamento orgânico de nossa economia*, podem tornar às vezes o capital estrangeiro um elemento a serviço do desenvolvimento necessário ao país, do ponto de vista de aquisição dos equipamentos e técnicas produzidos no resto do mundo.

A questão cambial e do balanço de pagamentos também toca ao interesse da transição socialista. Desse ponto de vista, a ortodoxia neoliberal por vezes era identificada como instrumento do imperialismo, na medida em que defende a livre remessa de rendimentos e de capitais. A implantação de um mercado livre de câmbio (para capitais e turismo, até então), em 1953, assim como, em 1957 de parte dos produtos exportáveis para o livre mercado, em 1955, a vigência da Instrução 113 da Sumoc, no Ministério da Fazenda de Gudin, que autoriza ao capital externo a importação de equipamentos sem cobertura cambial e a maior liberação cambial introduzida mediante a Instrução 204 da Sumoc, em 1961, foram alvos de severas críticas. A ação imperialista do FMI na política econômica nacional também foi alvo de várias críticas, sobretudo aquelas existentes em função das negociações que levaram ao rompimento em 1959 (BIELSCHOWSKY, 1988).

Em função da análise da realidade brasileira hegemônica enquanto uma sociedade semicolonial e semifeudal, a despeito das críticas de Caio Prado Jr., a corrente de transição socialista não poderia secundarizar a **questão distributiva**, sobretudo do ponto de vista da reforma agrária. A definição de um programa revolucionário para a realidade brasileira deveria ser antecedida pela orientação da superação da condição semifeudal ou pré-capitalista, assim como da própria superação da condição semicolonial, que é a luta contra o imperialismo, ou seja, desobstruir o desenvolvimento das forças produtivas nacionais. No caso da condição pré-capitalista, a luta deveria ter objetivar acaba com a deletéria estrutura dos latifúndios. Para isso, necessário se fez possuir o entendimento desta condição a partir de três reflexões, a saber, histórica, sociológica e econômica.

A reflexão histórica tinha por função a produção de subsídios à discussão da problemática, mediante observação de elementos pretéritos, assim como os efeitos da história colonial brasileira sobre a evolução da estrutura agrária, como forma de atender à situação agrária corrente. No entanto, a compreensão era um tanto quanto consensual de que a questão agrária tinha sua natureza no campo sociológico. A unidade semifeudal era o latifúndio, que se caracterizava por um regime de trabalho tipicamente servil, através de diferentes regimes de parcerias e arrendamento. Neste campo de análise sociológica, a motivação política tornava-se de ampla importância, em função da necessidade de organização das lutas camponesas. A concepção hegemônica nesta corrente era a de que a reforma agrária constituir-se-ia na partilha das terras, entendendo esta como a principal reivindicação do lavrador, interessado em romper com o regime de trabalho servil (BIELSCHOWKY, 1988).

Caio Prado Jr., vinha toda a década de 1950 discordando desta noção de que no Brasil, a produção no campo fosse pré-capitalista. Em sua obra clássica, da década de 1960, *A revolução brasileira*, livro de grande repercussão ideológica no seio da esquerda brasileira, em função da divergência sistemática às teses ortodoxas sobre o campo, afirmava que na grande propriedade rural brasileira vigoram relações de produção capitalista. Haveria, conforme Bielschowsky (1988), três formas básicas de remuneração na agropecuária: i) o salariedade; ii) o pagamento em partes da produção (remuneração *in natura* do trabalho) e iii) a concessão do direito de utilização da terra. Estas formas de remuneração seria apenas uma derivação do trabalho assalariado, na medida em que o *caráter de locação de serviços que constitui a real essência das relações de trabalho na agropecuária brasileira* (PRADO, 1977). Tão logo, segundo esta orientação, a agropecuária seria gerida conforme a lógica capitalista pelos latifundiários, que emprega regimes variados de remuneração, mediante o critério da maximização dos lucros, configurando-se como uma relação que em muito se distancia de uma relação servil.

A reflexão econômica da problemática surge muito mais para dar coerência lógica ao raciocínio central do que como produto das análises econômicas de fato. O argumento amplamente difundido era de que as relações entre estruturas agrárias e desenvolvimento econômico acentuavam os efeitos deletérios da grande propriedade de terra sobre a oferta agrícola e, por sua vez, sobre o mercado interno. Do ponto de vista da oferta, a grande propriedade de terra ou latifúndio era avaliado como unidade produtiva inabilitada a atender as exigências dadas pelo desenvolvimento econômico. Os motivos seriam: primeiro, o latifúndio era blindado ao progresso técnico e reprodutor de práticas agrícolas obsoletas e degradantes do solo; segundo, o latifúndio mantinha amplos espaços agricultáveis totalmente inúteis, fruto da atitude pouco empresarial do grande proprietário de terras no Brasil. Além disso, a ausência de reforma agrária e a manutenção da concentração da propriedade rural desembocavam no caráter inflacionário da oferta de alimentos. Atribuía conjuntamente a expansão creditícia a agricultura exportadora e a desvalorização cambial, resultado da capacidade manifesta das classes latifundiárias de exercer pressão sobre o governo brasileiro, como causadores da inflação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção deste artigo é o de ser um registro do pensamento econômico brasileiro em sua época germinal, aqui identificado pelo período de 1930 e 1964. Referencia-se numa miríade de literatura, posto que necessário se faz, para construir uma tipologia a partir do critério político-sociológico, fazer uso de uma gama de categorias que fogem ao escopo da ciência econômica em sentido estrito ou até mesmo de categorias que são utilizadas por uma sorte de corrente da economia, a despeito do seu local teórico fora do *mainstream*.

Considera-se finalmente que o central e perene desafio na elaboração deste trabalho foi indubitavelmente de caráter metodológico. E, se trabalhos com recorte, o recorte da história econômica, não têm por si a obrigação de apreender as ideologias com desdobramentos econômicos aplicadas num dado contexto histórico e com ligação concreta com a realidade, este trabalho tem por excelência esta preocupação. Porém, ele se valeu de esforços pretéritos, como o do Ricardo Bielschowsky e seu antológico estudo sobre pensamento econômico brasileiro no ciclo ideológico do desenvolvimentismo⁹ e o do Guido Mantega e sua memorável investigação sobre a economia política brasileira¹⁰, ainda que pese a ausência de um referencial teórico imprescindível para essas discussões, assim como os teóricos da ideologia e das classes sociais, no caso primeiro caso, ou mesmo de apresentações sistemáticas das categorias basilares de cunho teórico-metodológicas, como é o caso do segundo.

A orientação básica aqui adotada partiu da concepção de que todo e qualquer produto oriundo de trabalho intelectual se origina no seio da classe ou fração de classe no qual este intelectual é gerado. Não há como desatrelar a produção intelectual, por mais formalmente livre que aparente, da produção material, posto que está revestido de uma visão de mundo socialmente localizada. A aplicação ideológica, no plano econômico, revelou-se mediada pela compreensão do desenvolvimento econômico, quando se tem enquanto espacialidade e temporalidade é um Brasil que está consolidando o deslocamento de seu centro dinâmico, saindo da agroexportação em direção ao mercado interno. Tão logo, o *leitmotive* de sistematização do pensamento econômico brasileiro, do ponto de vista literário, deveria ser encontrado num processo de agregação sistemática entre a produção intelectual e a produção material, gravitando ao nível de relação ideológica à conjuntura econômica e política da época.

Este trabalho mostrou-se consistente e adequado na medida em que introduz classe social no estudo do pensamento econômico, a definição de correntes teóricas mediante o uso de um quadro tipológico para o pensamento econômico brasileiro, no período que abarca entre 1930 a 1964, ainda que pese seu caráter escasso em complexidade. Os elementos ideológicos estruturais, entendidos aqui, dentro de uma miríade de outros elementos ideológicos, como funcionais para tipificar o pensamento econômico brasileiro, no seu período formativo, isto é, dentre 1930 e 1964, foram a “análise do subdesenvolvimento”, a “visão do desenvolvimento brasileiro”, o “problema do financiamento do desenvolvimento” e a “questão distributiva”.

⁹ Ver Bielschowsky (1988).

¹⁰ Ver Mantega (1984).

ABSTRACT

This paper aims to study the ideology of the Brazilian economic thought in the period from 1930 to 1964. It guided by the hypothesis is that there are three currents, namely, the neo-liberal, ideological developmental cycle and socialist thought, all imbued with a concept of development. What really unifies a current of economic thought is the social site in which the intellectuals talks, ie, whether among the ruling classes in the race included the direction of the power block in the case of neo-liberal orthodoxy, is a bourgeois faction of vacillating position and unwanted in the power block, namely the developmentalism structuralist, or among the lower classes out of the power block, but aiming at a systemic change to overcome the capitalist order and bourgeois, in this case the current socialist transition. To prepare this typological construction was essential to enhance the understanding of the structures in the formulation of ideologies, justifying the following ideological structuring elements: i) analysis of underdevelopment, ii) the vision of Brazilian development, iii) the problem of financing the development and iv) the issue of distribution.

Keywords: Economic Thought, Ideology, Ideological Structuring Elements.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. *A favor de Marx*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz C. Desenvolvimento econômico e o empresário. *Revista de Administração de Empresas*, v.2, n.4, p.79-91, maio/ago.1962.
- CARDOSO, Miriam L. *Ideologia do Desenvolvimento – Brasil: JK – JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- EAGLETON, T. *Ideologia: Uma Introdução*. São Paulo: Boitempo, 1997.
- FURTADO, Celso. Os desafios da nova geração. *Revista de Economia Política*. Rio de Janeiro, UFRJ, vol. 4, n. 24, p. 483-486, 2004.
- FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto – Centro Internacional Celso Furtado, 2009.
- GOLDENSTEIN, Lúcia. *Repensando a dependência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*. Os intelectuais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- MANTEGA, Guido. *A Economia Política Brasileira*. São Paulo: Polis; Petrópolis: Vozes, 1984.
- MARINI, Ruy M. *Dialética da dependência*. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.
- POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- PRADO Jr, Caio. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- SANTOS, Theotônio, dos. *A teoria da dependência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- SEN, Amartya. *O desenvolvimento como expansão de capacidades*. *Revista Lua Nova*, nº 28-29. São Paulo: CEDEC, p. 313-333, 1993.
- SOUZA, Nali de J. *Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Atlas, 2005.
- VEIGA, José E. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.